



Universidade
Estadual da
Paraíba

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO/CEDUC
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

ELIANE DA SILVA ROCHA

**INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA ESCOLA REGULAR:
UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

**Campina Grande – PB
2018**

ELIANE DA SILVA ROCHA

INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA ESCOLA REGULAR: UMA
REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia do Departamento de Educação da Universidade Estadual da Paraíba em cumprimento às exigências legais para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof^oDr. Eduardo Gomes Onofre.

Campina Grande/PB
2018

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

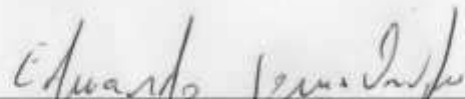
R672i Rocha, Eliane da Silva.
Inclusão do aluno com deficiência visual na escola regular [manuscrito] : uma revisão bibliográfica / Eliane da Silva Rocha. - 2018.
23 p. : il. colorido.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação , 2018.
"Orientação : Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre , Coordenação do Curso de Pedagogia - CEDUC."
1. Inclusão escolar. 2. Deficiência visual. 3. Recurso óptico. 4. Recurso didático adaptado. I. Título
21. ed. CDD 370.115

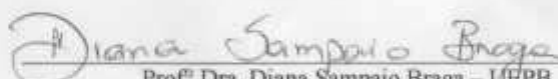
ELIANE DA SILVA ROCHA


INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA ESCOLA REGULAR: UMA
REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia do Departamento de Educação da Universidade Estadual da Paraíba em cumprimento às exigências legais para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Aprovada em 05 / 12 / 2018


Prof^o Dr. Eduardo Gomes Onofre – UEPB
Orientador


Prof^a Dra. Diana Sampaio Braga – UEPB
Examinadora


Esp. Dicle Marinho Oliveira Ramalho de Souza – UEPB
Examinador

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por nunca me abandonar, por sempre me dá sabedoria e forças para concluir esta trajetória.

Agradeço à todos que fazem o Instituto dos cegos. Por terem aberto as portas para mim, me acolhido e me ajudado a ser quem eu sou hoje.

Agradeço ao meu esposo Roberto, que o amo muito, pela a ajuda e o apoio. Pois, sem ele não teria conseguido chegar até aqui.

Agradeço aos meus filhos Kalebe e Kauane, que sempre foram minha inspiração.

Agradeço à minha família, minha mãe, meu pai, minha irmã, e em especial à minha avó Maria, que sempre me ajudou com seu apoio e incentivo.

Agradeço às minhas monitoras Geane Menezes, Albanisa Silva, Valéria Guedes e Nely Queirós, que além de monitoras, tornaram-se minhas amigas. Agradeço a ajuda e o apoio de cada uma. Que Deus sempre abençoe a vida de vocês.

Agradeço à minha adorada cunhada Maria Euflazina e à minha grande amiga Mikaele Fernandes, por sempre me ajudar e apoiar nos momentos que mais precisei. Que Deus ilumine sempre os passos de cada uma.

Não poderia deixar de falar do professor Eduardo Onofre, que sempre se ofereceu para ser meu orientador desde o começo do curso. Agradeço por acreditar na minha capacidade e me orientar tão bem para a realização do meu TCC. Obrigada por tudo. Que Deus abençoe sempre sua vida, lhe dando sabedoria e iluminando seus caminhos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
1.0 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	7
1.1 DEFICIÊNCIA VISUAL.....	7
1.1.1 BRAILLE.....	9
1.1.2 LETRAS AMPLIADAS.....	10
1.1.3 SOFTWARE ADAPTADOS.....	10
1.1.4 RECURSOS DE LOCOMOÇÃO PARA DEFICIENTES VISUAIS.....	11
1.1.5 BENGALA VERDE.....	12
2.0 TIPO DE ESTUDO.....	16
2.1 COLETA DE DADOS.....	16
2.2 ANÁLISE DOS DADOS.....	16
3.0 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	17
3.1 ARTIGO A.....	17
3.2 ARTIGO B.....	18
3.3 ARTIGO C.....	20
3.4 ARTIGO D.....	22
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
REFERÊNCIAS.....	24

INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA ESCOLA REGULAR: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Elianerocha2012@hotmail.com

RESUMO

O tema que norteia esta pesquisa trata da inclusão escolar. Tem por objetivo refletir sobre a inclusão de alunos com deficiência visual matriculados em escolas regulares da rede pública de ensino. A metodologia utilizada se caracteriza como descritiva de abordagem qualitativa, realizada por meio de um estudo bibliográfico. Os artigos foram publicados entre 2006 e 2016 no Scientific Eletronic Library Online (SCIELO Brasil). Para tanto, buscamos identificar aspectos voltados à utilização de recursos ópticos e equipamentos por alunos com deficiência visual; recursos didáticos adaptados; a relação entre escola e família; e a interação e habilidades desses alunos. Concluímos então, que é possível dizer que a inclusão do aluno com deficiência visual na escola regular ainda não acontece de forma satisfatória, fazendo com que seu rendimento escolar seja afetado, e o aluno se sinta desestimulado, incapaz ou até mesmo excluído no ambiente escolar.

Palavras-chave: Deficiência Visual. Cego. Baixa Visão.

INTRODUÇÃO

Toda criança, seja ela com deficiência ou não tem a necessidade e o seu direito garantido por lei de frequentar a escola regular, pois é no ambiente educacional, através da interação e socialização com outras crianças que o aluno se desenvolve nos aspectos psíquico, motor e emocional.

Considerando a importância do ensino educacional para o desenvolvimento do indivíduo, objetivamos com este estudo refletir sobre a inclusão de alunos com deficiência visual matriculados em escolas regulares da rede pública de ensino. Para tanto, buscamos identificar aspectos voltados à utilização de recursos ópticos e equipamentos por alunos com deficiência visual; recursos didáticos adaptados; a relação entre escola e família; e a interação e habilidades desses alunos.

O artigo está organizado em três capítulos: o primeiro capítulo aborda o tema “Deficiência visual” e “Alunos com deficiência visual na escola regular: o estatuto da pessoa com deficiência em foco”. O segundo capítulo apresenta o tipo de estudo utilizado na pesquisa. E o terceiro capítulo trata-se da apresentação e discussão dos artigos, relacionados diretamente à inclusão de crianças com deficiência visual na escola regular. Os artigos foram publicados entre 2006 e 2016 no Scientific Eletronic Library Online (SCIELO Brasil).

Concluimos que, é possível dizer que a inclusão do aluno com deficiência visual na escola regular ainda não acontece de forma satisfatória, fazendo com que seu rendimento escolar seja afetado, e o aluno se sinta desestimulado, incapaz ou até mesmo excluído no ambiente escolar.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 DEFICIÊNCIA VISUAL

A deficiência visual ocorre quando a pessoa tem a visão limitada ou prejudicada por algum motivo, seja ele de nascença ou adquirido por algum acidente. De acordo com Mosquera (2010,p.45),

As causas da deficiência são variadas e podem ocorrer desde o nascimento do indivíduo. Independentemente da causa da deficiência, a criança pode perder totalmente a visão ou mesmo crescer com algum resíduo dela. Todas essas crianças vão precisar de possibilidades e estímulos suficientes para crescer e se tornar independentes na fase adulta.

Desse modo, o autor quer enfatizar que mesmo que a criança possua a deficiência visual, não impossibilitará de estudar e realizar suas atividades cotidianas. Para isto, deve-se estimular e desenvolver suas habilidades para que essas crianças cresçam de modo a serem independentes e capazes de realizarem tarefas com cada vez mais autonomia. Além disso, Mosquera (2010, p. 53) aborda que,

As causas da deficiência visual podem ser classificadas em adquiridas ou hereditárias. No primeiro caso, temos a deficiência que são contraídas depois do nascimento, principalmente depois que a crianças já formou alguns conceitos sobre o mundo que a rodeia utilizando a visão. [...] Nos casos hereditários, as causas são, na grande maioria, ocorridas pelo descuido da mãe ou da família em geral, que não se preparou para o nascimento do bebê.

Entende-se que a deficiência visual pode ocorrer por vários motivos, um deles é a falta de cuidados desde a gestação, por faltas de pré-natais, exames e vacinas que previnam a deficiência, evitando que muitas crianças sofram futuramente e muitas vezes com a não aceitação de familiares ou até mesmo da sociedade. Para Friedrich, Polesso, Marnatti et al (2013, p.2), as causas da deficiência visual podem ser “Congênitas: amaurose congênita de Leber, malformações oculares, glaucoma congênito, catarata congênita. Adquiridas: traumas

oculares, catarata, degeneração senil de mácula, glaucoma, alterações relacionadas à hipertensão arterial ou diabetes.”

Sendo assim, é relevante compreender as causas das deficiências visuais para que em situações educacionais ou sociais, se possa trabalhar com os devidos recursos ou atividades capazes de propiciar um atendimento específico para cada nível de deficiência. Pois, compreende-se que não é uma tarefa fácil e muitos deficientes encontram barreiras que devem ser superadas. De acordo com Fernandes (2006,p. 38-39),

É muito comum se atribuir o rótulo da incapacidade à pessoa, sem refletir sobre as barreiras físicas e atitudinais que a colocam em desvantagem social. Essa questão nos aponta para a reflexão da real situação em que vivem as pessoas com deficiência. A INCAPACIDADE diz respeito à restrição ou a impossibilidade para a realização de uma tarefa em decorrência de uma deficiência.

Segundo a autora, as pessoas com deficiência são rotuladas, motivo este que, as impedem de buscar ajuda ou recursos para evoluírem cognitivamente ou socialmente. Dessa forma, de acordo com Mosquera (2010), mesmo que o indivíduo nasça com a deficiência visual, dependendo do seu contexto social, não apresentará tantas dificuldades quanto um indivíduo que não tenha a deficiência. Com isso, as pessoas com ou sem deficiência poderão se desenvolver no ambiente social, seja, brincando, estudando ou trabalhando, desde que sejam estimuladas, tendo as oportunidades necessárias para seu desenvolvimento. Dessa forma, Gil (2000, p.22), enfatiza que,

É importante que o bebê deficiente visual aprenda a usar seus outros sentidos o mais cedo possível, para se localizar e reconhecer seu espaço, evitando atrasos em atividades como engatinhar e andar. Trata-se de uma questão de aprendizado, pois ele possui o mesmo potencial dos bebês dotados de visão.

Nesse contexto, é relevante considerar que as crianças com deficiência visual sejam entendidas e compreendidas, desde cedo a criança precisa ter contato com brinquedos e brincadeiras que estimulem o seu desenvolvimento, ampliando cada vez mais suas habilidades e capacidades a serem utilizadas no dia a dia, desde seu deslocamento até a realização de tarefas simples com autonomia.

Além disso, existem vários tipos de deficiência visual, desde o diagnóstico mais simples ao mais complicado que seria a cegueira. Com isso, é relevante que sejam analisados como se originou a sua deficiência considerando os seguintes processos de acordo com Gil (2000, p.14-15),

Para entender e avaliar o que acontece com o processo de desenvolvimento da criança com deficiência visual é preciso considerar, entre outros fatores: idade em que aconteceu; associação (ou não) com outras deficiências; aspectos hereditários; aspectos ambientais; tratamento recebido.

Com isso, devem ser levados em consideração todos esses fatores para que o tipo e a ocorrência da deficiência sejam entendidas e trabalhadas de forma correta e consciente. Além disso, quanto mais cedo o diagnóstico for feito, mais a criança com deficiência terá possibilidades de desenvolver seu potencial.

Sendo assim, existem dois tipos de deficiência visual, precisando ser entendidas, como a baixa visão e a cegueira. Na baixa visão, o comprometimento da visão não é total, sendo a pessoa capaz de enxergar um pouco do mundo ao seu redor, tendo um pouco da visão como auxiliadora de algumas tarefas. Já a cegueira, compromete toda a visão, impedindo a pessoa de realizar qualquer tipo de tarefa, se locomover sem ajuda de outras pessoas ou até mesmo da bengala, como recurso que facilita sua locomoção em ambiente social. Para Sá, Campos e Silva (2007, p. 15-16),

A cegueira é uma alteração grave ou total de uma ou mais das funções elementares da visão que afeta de modo irremediável a capacidade de perceber cor, tamanho, distância, forma, posição ou movimento em um campo mais ou menos abrangente. Pode ocorrer desde o nascimento (cegueira congênita), ou posteriormente (cegueira adventícia, usualmente conhecida como adquirida) em decorrência de causas orgânicas ou acidentais[...]. A definição de baixa visão (ambliopia, visão subnormal ou visão residual) é complexa devido à variedade e à intensidade de comprometimentos das funções visuais. Essas funções englobam desde a simples percepção de luz até a redução da acuidade e do campo visual que interferem ou limitam a execução de tarefas e o desempenho geral.

Desse modo, tanto as pessoas que tem baixa visão ou cegueira, necessitam de recursos para facilitar ou auxiliar seu desenvolvimento seja ele no ambiente educacional ou social, como o método Braille, letras ampliadas, softwares adaptados, bengalas, cães guias, lupas, entre outros.

1.1.1 Braille

O sistema Braille foi criado em 1825 por Louis Braille, na França, com o intuito de alfabetizar e facilitar a leitura e escrita para pessoas cegas e baixa visão. Para escrita, utiliza-

se de uma reglete, prancheta a punção. Ainda de acordo com Sá, Campos e Silva (2007, p. 22-24),

O sistema braille conhecido universalmente como código ou meio de leitura e escrita das pessoas cegas. Baseia-se na combinação de 63 pontos que representam as letras do alfabeto, os números e outros símbolos gráficos. A combinação dos pontos é obtida pela disposição de seis pontos básicos, organizados espacialmente em duas colunas verticais com três pontos à direita e três à esquerda de uma cela básica denominada cela braille. A reglete é uma régua de madeira, metal ou plástico com um conjunto de celas braille dispostas em linhas horizontais sobre uma base plana. A punção é um instrumento em madeira ou plástico no formato de pêra ou anatômico, com pontametalica, utilizado para a perfuração dos pontos na cela braille.

Desse modo, compreende-se que o sistema Braille inclui a pessoa com deficiência no ambiente escolar e social, pois através desse código é possível ler e escrever, assim como as pessoas videntes. Sendo assim, além de utilizar o reglete e o punção, ainda é possível escrever o Braille com uma máquina manual semelhante a uma máquina de datilografia. Outro recurso utilizado é a impressora Braille, que imprime textos e livros escritos no computador através de softwares adaptados. Dessa forma, entende-se que não existe apenas um recurso de escrita Braille a ser utilizado, é necessário entender e buscar informações capazes de contribuir para a aprendizagem dessas pessoas com deficiência visual.

1.1.2 Letras Ampliadas

Além do sistema Braille, a pessoa com baixa visão/subnormal também pode utilizar outro recurso que facilite sua aprendizagem como as letras ampliadas. Com este recurso a pessoa consegue fazer a leitura de palavras, frases ou textos sem encontrar muitas dificuldades. Mas, a utilização deste recurso depende do grau de visão de cada pessoa. Desse modo, o recurso será adaptado às necessidades da pessoa com deficiência visual. De acordo com Gil (2000, p.41),

O portador de visão subnormal deve utilizar auxílios ópticos adequados e materiais adaptados a suas necessidades especiais, como por exemplo os textos com letras ampliadas. Na sala de aula, o professor precisa estar atento para planejar a melhor posição (localização da carteira em relação à lousa, à janela etc.) do aluno, de forma a facilitar sua aprendizagem. Não há uma regra única: tudo vai depender do grau de visão da criança e do tipo de patologia que ela tem. Dependendo do grau de visão, o aluno aprenderá o sistema braille, ou disporá de textos com letras escritas em tamanho maior que o comum (tipos ampliados) e com maior espaço entre as linhas.

Dessa forma, o professor tem um papel fundamental em relação a adaptação de meios ou recursos a serem utilizados com as pessoas com baixa visão ou cegueira. Com isso, a ser identificado o nível da deficiência, se tornará mais fácil o ensino e a aprendizagem do aluno a partir de do tipo de recurso a ser utilizado.

1.1.3 Softwares Adaptados

Os softwares adaptados são programas que visam facilitar o acesso das pessoas com deficiência visual aos computadores, celulares, TVs, entre outros. Desse modo, as pessoas cada vez mais vão se tornando independentes e capazes de interagir ainda mais com o meio em que estão inseridos. Para Sá, Campos e Silva (2007, p.33),

Os meios informáticos facilitam as atividades de educadores e educandos porque possibilitam a comunicação, a pesquisa e o acesso ao conhecimento. Existe programas leitores de tela com síntese de voz, concebidos para usuários cegos, que possibilitam a navegação na internet, o uso de correio eletrônico, o processamento de textos, de planilhas e uma afinidade de aplicativos operados por meio de comandos de teclado que dispensam o uso do mouse.

Dentre os programas mais utilizados pelas pessoas com deficiência visual estão o Dosvox, Virtual Vision, NVDA e o Jaws. O dosvox tem a função de fazer com que os deficientes visuais tem acesso ao computador e suas funções facilitando o manuseio e a comunicação com outras pessoas através do papovox, que é mecanismo de comunicação entre as pessoas. O Virtual Vision é utilizado para navegar pela internet e disponibilizado gratuitamente pela fundação Bradesco e o banco Santander. O NVDA é um aplicativo que facilita na interação com outros programas e aplicativos do computador, promovendo um acesso mais rápido e prático. O Jaws assim como os outros aplicativos, é um leitor de tela completo e possui vários idiomas capazes de ampliar a comunicação e interação com outras línguas.

Com isso, pode-se compreender que todas esses aplicativos fazem parte de tecnologias assistivas, que permitem uma maior autonomia da pessoa com deficiência visual no mundo tecnológico. Sendo assim, existe várias maneiras de incluir a pessoa com deficiência em ambientes sociais e educacionais. Desse modo Sá (2007, p.49) aborda que,

Os meios informáticos ampliam as possibilidades de comunicação e de autonomia pessoal, minimizam ou compensam as restrições decorrentes da falta da visão. Sem essas ferramentas, o desempenho intelectual e profissional da pessoa cega estaria

seriamente comprometido e circunscrito a um contexto de limitações e impossibilidades. A apropriação de recursos tecnológicos modifica significadamente o estilo de vida, as interações e as condutas sociais ao inovar hábitos e atitudes em relação à educação, o lazer e ao trabalho, à vida familiar e comunitária.

Nessa perspectiva, compreende-se que a informática vem facilitando a vida pessoal, educacional e social dos deficientes visuais. Ampliando cada vez mais as possibilidades de comunicação e interação entre as pessoas. Além disso, também vem promovendo as oportunidades no mercado de trabalho, incluindo cada vez mais o deficiente no mundo contemporâneo.

1.1.4 Recursos de Locomoção Para Deficientes Visuais

As pessoas ditas videntes não precisam de recursos para sua locomoção, pois utilizam sua visão normal para se locomover. Mas, as pessoas deficientes visuais necessitam do uso de bengalas, cães guias, robôs, etc. Todos esses recursos ajudam na locomoção e na autonomia das pessoas cegas e com baixa visão. Além disso, os sentidos como audição, paladar, olfato e o tato também auxiliam o deficiente visual em vários momentos, com isso, Sá, Campos e Silva (2007, p.36), afirmam que,

As pessoas cegas que leem muito por meio do sistema Braille ou que executam trabalhos manuais tendem a desenvolver maior refinamento de tato. Quem se dedica a música, à afinação de instrumentos ou à discriminação auditiva. A degustação e a depuração de aromas ativam mais o paladar e o olfato. Portanto, são aguçados os sentidos mais presentes no processamento de informações, na exploração do ambiente, no exercício constante de orientação e mobilidade, na realização de atividades de vida diária, na formação de competências e desenvolvimento de habilidades gerais ou específicas.

Desse modo, compreende-se que quanto mais o deficiente visual utilizar seus sentidos, mais terá facilidade em utiliza-los de forma mais concreta e ampliando suas habilidades para serem usadas no seu dia a dia. Com isso, com a utilização dos sentidos em parceria com o uso da bengala, se tornará bem mais fácil a acessibilidade dessas pessoas aos ambientes.

1.1.5 Bengala Verde

As pessoas com baixa visão, além do uso convencional da bengala branca, podem utilizar a bengala verde. A bengala verde foi criada para diferenciar as pessoas cegas das pessoas com baixa visão. De acordo com a Revista Nacional de Reabilitação

Em 1996, justamente para enfrentar as dificuldades específicas do universo da baixa visão, a professora uruguaia de educação especial, Perla Mayo, que atua na Argentina, criou a bengala verde – cor que representa a esperança, de "ver-de outra maneira", de "ver-de-novo". A intenção da diretora do Centro Mayo de Baja Visión, localizado em Buenos Aires, foi contribuir para a aceitação do uso da bengala pelas pessoas com baixa visão (que até hoje rejeitam a bengala branca por ser um símbolo da cegueira), não só para a identificação pelas outras pessoas como para construir a noção de pertencerem a um grupo ainda imerso na invisibilidade social.

Desse modo, as pessoas terão um novo olhar ao aprenderem a identificar pessoas cegas e com baixa visão. Além disso, as pessoas com baixa visão terão mais liberdade de locomoção ao utilizar esse novo instrumento, que antes era tão discriminado pelos mesmos. Sendo assim, com o surgimento dessa nova bengala, surge possibilidades de autonomia e locomoção para que essas pessoas não se sintam discriminadas ao entrarem em ônibus e frequentarem os ambientes sociais.

Dessa forma, antes da bengala, as pessoas com baixa visão, não utilizavam a bengala com receio de serem tachadas de cegas, pois para as pessoas videntes, a pessoa que usa a bengala, deve ser totalmente cega, mas, nem sempre a pessoa com deficiência visual é totalmente cega. Ainda de acordo com a revista Nacional de Reabilitação,

a bengala verde possuirá as mesmas características da bengala branca em peso, longitude, empunhadura elástica, rebatibilidade, podendo ou não conter na última anilha uma luz de led para facilitar a visão noturna. O Projeto dispõe ainda que o Poder Executivo dará publicidade para conhecimento da população, por instrumentos e mecanismos necessários à divulgação do uso da bengala verde pelas pessoas diagnosticadas com baixa visão.

Nesse caso, o uso da bengala verde, possibilitou novos olhares e rompimentos de estigmas. Com isso, é necessário que as pessoas tenham o conhecimento sobre a bengala verde e para que elas sirvam e porque motivo está sendo utilizadas.

1.2 ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA ESCOLA REGULAR: O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA EM FOCO

De acordo com a LEI N° 13.146, de 6 de julho de 2015, Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

No título II Do livro I, o capítulo IV intitulado “DO DIREITO À EDUCAÇÃO” apresenta os direitos que as pessoas com deficiência possuem no âmbito escolar, são eles:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

- I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;
- II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;
- III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;
- IV - oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas;
- V - adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino;

VI - pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva;

VII - planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva;

VIII - participação dos estudantes com deficiência e de suas famílias nas diversas instâncias de atuação da comunidade escolar;

IX - adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, levando-se em conta o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses do estudante com deficiência;

X - adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado;

XI - formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio;

XII - oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação;

XIII - acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas;

XIV - inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento;

XV - acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar;

XVI - acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações, aos ambientes e às atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino;

XVII - oferta de profissionais de apoio escolar;

XVIII - articulação intersetorial na implementação de políticas públicas.

§ 1º Às instituições privadas, de qualquer nível e modalidade de ensino, aplica-se obrigatoriamente o disposto nos incisos I, II, III, V, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV,

XVI, XVII e XVIII do **caput** deste artigo, sendo vedada a cobrança de valores adicionais de qualquer natureza em suas mensalidades, anuidades e matrículas no cumprimento dessas determinações.

Reflexões finais: o Estatuto da Pessoa com Deficiência é um documento de fundamental importância pois apresenta leis que garantem a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade. No tocante à educação, este documento assegura o direito de todo aluno com deficiência ter acesso a uma educação de qualidade, desde a Educação Infantil até o nível superior, com profissionais qualificados, que busquem de fato garantir a inclusão destes alunos.

Portanto, é indispensável o conhecimento da família e dos profissionais da educação sobre todo o documento, em especial ao que se refere ao sistema educacional, pois nota-se que nem tudo que está posto no documento é contemplado na prática.

2.0 TIPO DE ESTUDO

O presente estudo se caracteriza como descritivo, de abordagem qualitativa, que de acordo com André e Ludke (1986, p.44),

são cinco as características básicas da pesquisa qualitativa, chamada, às vezes, também de naturalística: a) a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento; b) os dados coletados são predominantemente descritivos; c) a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto; d) o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador; e e) a análise dos dados tende a seguir um processo indutivo.

A pesquisa foi realizada por meio de uma revisão bibliográfica, com o objetivo de descrever como acontece o processo de inclusão de alunos com deficiência visual em algumas escolas regulares.

2.1 COLETA DE DADOS

Para a seleção de artigos que respondessem aos objetivos da pesquisa, realizou-se uma busca de artigos científicos no Scientific Electronic Library Online (SCIELO Brasil). Foram

selecionados quatro artigos, obtidos por meio de descritores: inclusão escolar, interface entre família e escola, interação social; e recursos didáticos adaptados. Os artigos foram publicados entre 2006 e 2016. Para complementar esse trabalho, utilizou-se outras fontes de pesquisa, tais como: livros, revista e artigos científicos no Google Acadêmico.

2.2 ANÁLISE DOS DADOS

Após realizar a leitura dos artigos selecionados fizemos o levantamento dos referenciais estudados. Em seguida foi feita a seleção e análise dos mesmos, destacando as principais informações e discussões referentes ao tema abordado e apresentando o posicionamento e os resultados de cada estudo. Na análise dos artigos selecionados identificou-se que os mesmos se tratavam de relatos de pesquisa e estudo de caso.

3.0 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste momento iremos apresentar e discutir os quatro artigos selecionados. Focalizaremos no objetivo central, cenário e participantes da pesquisa, principais dados coletados e as reflexões finais dos referidos estudos.

3.1 ARTIGO A.

Título: utilização de recursos ópticos e equipamentos por escolares com deficiência visual.

Autor (es) e ano da publicação: MONTILHA, Rita de Cássia Ietto; TEMPORINI, Edméa Rita; NOBRE, Maria Inês Rubo de Souza; GASPARETO, Maria Elisabete Rodrigues Freire; JOSÉ, Newton Kara. 2006.

Objetivo central: Verificar percepções e conduta de escolares portadores de deficiência visual, em relação aos recursos ópticos e equipamentos utilizados no processo de escolarização.

Cenário e participante (s) da pesquisa: a pesquisa foi desenvolvida com 26 alunos de 12 anos e mais, com deficiência visual, inseridos no sistema público de ensino no município de Campinas, no ano de 2000.

Principais dados coletados: o artigo apresenta um estudo relacionado a percepção de alunos com deficiência visual em relação a dificuldades no processo de escolarização, focalizando o grau de influência da própria deficiência sobre o desempenho escolar, as atividades escolares dificuldades pela deficiência visual, e o grau de influência do relacionamento com colegas e professores no aprendizado escolar.

Dos 26 alunos (com baixa visão e cegueira) entrevistados foi identificada alta taxa de repetência, pela falta de conhecimento por parte dos familiares e professores, como também devido a falta de recursos ópticos e não ópticos que auxiliam na realização das atividades escolares. É enfatizada também a necessidade de orientações aos familiares e a capacitação dos professores quanto ao uso desses recursos em sala de aula.

Para a maioria dos alunos a deficiência visual atrapalhou mais ou menos o desempenho escolar. Para os demais alunos a deficiência visual não atrapalhou o desempenho escolar. Entre as dificuldades mencionadas, os alunos cegos citaram a leitura de livros; e os aluno com baixa visão citaram, além da leitura de livros, a dificuldade em ler a lousa.

No entanto, esses alunos passaram a considerar que as dificuldades não se referiam à deficiência visual, e sim ao sistema de ensino. Para falar das situações desagradáveis vivenciadas em sala de aula, os alunos com deficiência visual relataram aspectos ligados à afetividade e aos materiais pedagógicos utilizados nas aulas. Entre eles, o livro didático que não continha as mesmas páginas que os livros das crianças ditas normais.

Reflexões finais: observando os dados coletados percebe-se que o baixo rendimento escolar de alguns alunos com deficiência visual não se dá devido a deficiência, e sim por causa do sistema de ensino, que não se adequa às necessidades educativas desses alunos. Para se ter uma educação efetivada de qualidade precisa-se de profissionais capacitados, bem como a disponibilização de recursos adaptados, para melhor garantir a inclusão e aprendizagem desses alunos na escola regular.

3.2 ARTIGO B

Título: Processo de inclusão de alunos deficientes visuais na rede regular de ensino: confecção e utilização de recursos didáticos adaptados.

Autor (es) e ano da publicação: OLIVEIRA, Fátima Inês Wolf de; BIZ, Vanessa Aparecida; FREIRE, Maisa. Sem Ano.

Objetivo central: proporcionar aos professores da rede pública de ensino orientações para a conexão de materiais didáticos adaptados, para a aprendizagem de alunos com cegueira e baixa visão.

Cenário e participante (s) da pesquisa: 20 professores e seus e 28 alunos da 1 a 8 série do ensino fundamental e de classes do ensino supletivo, de seis escolas estaduais da rede pública de Marília.

Principais resultados coletados: Os professores desenvolveram na sala de AEE (atendimento Educacional Especializado) um projeto para posteriormente ser aplicado nas escolas regulares. As atividades realizadas pelos professores se deram a partir da construção de materiais adaptados como livros e paradidáticos, jogos, maquetes, exercícios em relevo, entre outros. Esses materiais foram desenvolvidos para trabalhar especificamente o desenvolvimento das percepções táteis, que se apresentam em diferentes fases.

A primeira fase se refere ao reconhecimento de texturas, diferentes consistências, temperaturas, superfícies vibráteis, tamanhos, contornos e pesos. A segunda fase se refere ao reconhecimento do todo com as partes. Nesta fase foram apresentadas diferenças entre alunos da 1 a 4 série, em relação a capacidade de distinguir a forma de um objeto. Os alunos cegos encontraram um detalhe característico de um objeto que os ajuda a reconhecê-lo.

No entanto, quanto mais complexo o objeto, mais tempo levará para que os alunos encontrem um detalhe significativo para tal reconhecimento. Outro resultado apontou que crianças menores seguravam descuidadamente o objeto sem nenhuma atividade organizada de investigação. Já as crianças maiores procuravam sistematicamente a forma e os traços característicos de um objeto. A terceira fase se refere a representação gráfica, que pode ser feita em relevo, formas geométricas, linhas curvas e retas e contornos de objeto. Essa representação deve ser apresentada aos poucos, uma peça de cada vez, pois causará confusão, caso seja apresentado por inteiro.

Na área de representação gráfica a leitura tátil de mapas é considerada uma tarefa difícil para as crianças cegas. Os alunos eficientes na leitura de mapas examinam a totalidade do mapa, acompanhando várias vezes o traçado de todas as linhas. E os alunos que não são eficientes na leitura de mapas não realizam uma exploração sistemática. A última fase se refere a utilização de um sistema de símbolos.

Dos sistemas mais comuns se destaca o Braille. Os alunos da 7 e 8 séries apresentaram erros de grafia na escrita Braille devido a dificuldade de escrita ou a sua complexidade. Para a confecção ou adaptação dos recursos para os alunos com deficiência visual, os professores consideraram alguns critérios, forma eles: tamanho, significação tátil, aceitação estimulação visual, facilidade de manuseio, fidelidade, resistência e segurança.

Reflexões finais: para garantir de forma adequada a inclusão das crianças com deficiência visual no ensino regular é necessário que os professores busquem se qualificar e ofereçam um ensino que atenda as especificidades de cada aluno. Por tanto, é de fundamental importância que os professores utilizem diversos materiais adaptados nas suas aulas, de modo a desenvolver as percepções táteis dos educandos.

3.3 ARTIGO C

Título: A interface entre família e escola no processo de inclusão de crianças com deficiência visual

Autor(es) e ano da publicação: BAZON, Fernanda Vilhena Mafra. 2011.

Objetivo central: refletir acerca da interface entre família e escola no âmbito da inclusão escolar de crianças com deficiência visual.

Cenário e participante(s) da pesquisa: quatro famílias com as seguintes características: presença de pelo menos uma criança com deficiência visual entre 8 e 10 anos incluída no ensino regular; famílias com pelo menos um filho sem deficiência em idade escolar; cinco professoras e uma coordenadora de instituição especializada.

Principais dados coletados: No contexto escolar as relações familiares influenciam o desenvolvimento psico-afetivo dos alunos da mesma forma que são influenciadas pelo contexto social no qual a família se insere. No entanto, tem se notado diversas queixas em relação a ausência das famílias dos ambientes escolares, mas a presença da família muitas

vezes é desejada na escola apenas para relatar problemas e determinar responsabilidades e não para um trabalho pedagógico em conjunto.

A Declaração de Salamanca (1994) aponta que no cenário da educação de pessoas com NEE (necessidades educativas especiais) a interação entre pais e filhos é de fundamental importância e cabe aos pais, na medida do possível, decidir o tipo de educação que desejam para seus filhos.

Na pesquisa desenvolvida, averigou-se que os alunos freqüentavam tanto a escola regular quanto a instituição especializada. Com relação à influência da inclusão escolar nas relações familiares, duas mães afirmaram que não havia influência alguma. No entanto, os dados obtidos indicaram influência da inclusão na dinâmica familiar sim.

O primeiro caso analisado com o aluno de 2 anos mostrou que a mãe do aluno recusava-se a auxiliar a criança nas atividades da escola regular, pelo fato de ter sido enviada para casa uma atividade não adaptada no início do ano letivo. Esse fato aconteceu porque a professora considerava que a atividade de casa poderia ser adaptada pela mãe da criança.

Esse aluno passava por dificuldades quanto ao seu processo de inclusão e segundo sua mãe, ele se recusava a ir à escola regular, devido atitudes discriminatórias dos colegas, ao impedimento da participação nas atividades escolares (pois a professora não preparava suas atividades de forma constante), e pelo cansaço e sobrecarga de atividades, fazendo com que, nos dias em que ia à instituição especializada, não queria ir à escola regular. A mãe desse aluno não dialogava com a escola regular sobre os problemas que seu filho enfrentava, o contrário do que fazia com a escola especializada.

O segundo caso analisado com uma aluna de 10 anos mostrou que a escola interferia nas relações familiares da criança, uma vez que, era solicitada a presença da mãe para acompanhá-la em atividades realizadas fora do ambiente escolar. A criança era dispensada das aulas de educação física e a família considerava correta essa postura.

No terceiro caso analisado com crianças gêmeas de 9 anos, a família teve a dinâmica familiar afetada pela inclusão escolar de seus filhos. Para que essas crianças fossem inseridas em uma escola regular que atendessem suas necessidades e tivessem acompanhamento em uma instituição especializada, a família mudou-se de cidade. A partir de então, puderam perceber a evolução no desenvolvimento e aprendizagem de seus filhos.

No último caso analisado com crianças gêmeas de 9 anos, a família também apresentou mudança na dinâmica familiar, devido a inclusão escolar das crianças. A mãe buscava o desenvolvimento dos filhos, preocupando-se com sua integridade física e seu desempenho.

Apesar de posicionar-se a favor da inclusão, valorizando a convivência com a diversidade, ela buscava o afastamento de seus filhos de situações adversas no ambiente escolar.

Reflexões finais: A partir dos pontos destacados foi possível compreender a importância da relação entre escola e família, no processo de inclusão de alunos com deficiência visual. No entanto, para que a inclusão aconteça, de fato, é necessário que a família tenha conhecimento sobre a importância da participação desses alunos em todas as atividades pedagógicas, sejam elas dentro ou fora do ambiente escolar. Sendo assim, cabe a escola e aos seus profissionais se capacitarem para desenvolver atividades adequadas, que atendam as especificidades de cada aluno, garantindo assim uma inclusão plena e satisfatória.

3.4 ARTIGO D

Título: Habilidades sociais, interação social e a inclusão escolar de uma criança cega.

Autor (es) e ano da publicação: SOUSA, Marina Pereira de; SILVA, Priscila Alcântara Bezerra; FREITAS, Maria Luiza Pontes de França; GATTO, Graziela Maria da Silva. 2016.

Objetivos: analisar o repertório de habilidades sociais e a inclusão escolar de uma criança cega; caracterizar o repertório de habilidades sociais dessa criança; caracterizar a interação social da criança cega no contexto da educação inclusiva.

Cenário e participante (s) da pesquisa: uma criança cega de 11 anos de idade, aluna de uma escola regular do sistema público de ensino; os pais e professores.

Principais dados coletados: no contexto de interação da criança verificou-se que ela apresentava déficits em algumas classes de habilidades sociais, pois a aluna interagiu com maior frequência com as professoras e os colegas da sala de recursos, e quanto aos alunos videntes da sala regular, a aluna rejeitava as suas iniciativas de interação. Na aula de Educação Física a criança cega não apresentou nenhuma iniciativa de interação com seus colegas videntes, somente com a professora. De acordo com a mãe e as professoras, a aluna necessitava de Treinamento de Habilidades Sociais, pois apresentava um repertório de habilidades sociais abaixo da média.

A aluna apresentava comportamentos que dificultavam sua interação com colegas, principalmente com os alunos videntes. Por exemplo: recusava brincar com os colegas no intervalo e receber ajuda dos mesmos para guardar seu material escolar. As professoras incentivavam a participação da aluna em sala e buscavam envolver os demais alunos em questões relacionadas à inclusão. A escola incentivava a participação da família para realizar atividades que estimulassem a participação da criança cega, promovendo assim sua interação social com seus colegas em sala de aula.

Reflexões finais: a partir dos dados coletados podemos concluir que a aluna cega rejeitava qualquer tipo de interação com seus colegas videntes. No entanto, não foi mencionada a forma como isso acontecia. Sendo assim, as habilidades sociais de interações de crianças cegas com pessoas videntes devem ser trabalhadas desde a infância, com a família. Dessa forma, ao entrar na escola regular a criança não terá tantas dificuldades para se relacionar com os colegas, para participar de atividades coletivas, brincadeiras, etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que o aluno com deficiência visual tem seu direito garantido por lei de frequentar a escola regular, assim como todas as outras crianças. Pois é na escola que o mesmo se desenvolve nos aspectos psíquico, motor, emocional, e desenvolve habilidades de interações sociais e culturais

A partir das análises realizadas podemos perceber que, para que a inclusão de alunos com deficiência visual na escola regular aconteça de fato é preciso que os profissionais busquem se qualificar e que a escola disponibilize de materiais adequados que atendam as especificidades de cada aluno, bem como o acesso desses aluno a sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Outro ponto importante é a participação da família no processo de inclusão escolar de seus filhos. Por tanto, é necessário que a família tenha o devido conhecimento sobre como acontece a aprendizagem dos mesmos, para então poder auxiliá-los em suas atividades pedagógicas.

Por fim, é possível dizer que a inclusão do aluno com deficiência visual na escola regular ainda não acontece de forma satisfatória, fazendo com que seu rendimento escolar seja

afetado, e o aluno se sinta desestimulado, incapaz ou até mesmo excluído no ambiente escolar.

ABSTRACT

The theme that guides this research deals with school inclusion. It aims to reflect on the inclusion of students with visual impairment enrolled in regular schools of the public school system. The methodology used is characterized as descriptive of a qualitative approach, carried out through a bibliographic study. The articles were published between 2006 and 2016 in the Scientific Electronic Library Online (SCIELO Brazil). Therefore, we seek to identify aspects related to the use of optical resources and equipment by students with visual impairment; adapted teaching resources; the relationship between school and family; and the interaction and skills of these students. We conclude that it is possible to say that the inclusion of the visually impaired student in the regular school is not yet satisfactory, causing their school performance to be affected, and the student feels discouraged, incapable or even excluded in the school environment.

Keywords: Visual Impairment. Blind. Low Vision.

REFERÊNCIAS

BAZON, Fernanda Vilhena Mafra. **A Interface Entre Família e Escola no Processo de Inclusão de Crianças com Deficiência Visual**. Londrina 2011.

ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – PLANALTO. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 27/set/2018.

FERNANDES, Sueli. **Fundamentos para Educação Especial**. Curitiba: Ibpex, 2006.

FRIEDRICH, Andressa; POLESSO, Bárbara; MARNATTI, Felipe e El tal. **Deficientes Visuais**. 2013. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/escoladeadministracao/wp-content/uploads/2013/11/Deficientes-Visuais.pdf>> Acesso em: <06 de Jan. 2018>

GIL, Marta. **Deficiência Visual**. MEC. Secretaria de Educação a Distância, 2000.

LUDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E.D.A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1986

MONTILHA, Rita de Cássia Ietto; TEMPORINI, Edméa Rita; NOBRE, Maria Inês Rubo de Souza; GASPARETO, Maria Elisabete Rodrigues Freire; JOSÉ, Newton Kara. **Utilização de recursos ópticos e equipamentos por escolares com deficiência visual.** Brás,2006.

MOSQUERA, Carlos Fernando França. **Deficiência Visual na Escola Inclusiva.** Curitiba: Ibpx, 2010.

OLIVEIRA, Fátima Inês Wolf de; BIZ, Vanessa Aparecida; FREIRE, Maisa. **Processo de inclusão de alunos deficientes visuais na rede regular de Ensino: confecção e utilização de recursos didáticos adaptados.** UNESP- Campus de Marília. Sem Ano.

REVISTA NACIONAL DE REABILITAÇÃO REAÇÃO. **Inclusão e Acessibilidade De Pessoas Com Deficiência, Mobilidade Reduzida e Profissionais Do Setor.** Disponível em:<<http://www.revistareacao.com.br/2017/index.php/conteudo-online/134-noticias/240-lei-da-bengala-verde-quer-promover-a-inclusao-social-de-pessoas-com-baixa-visao>> Acesso em 31 de Marc. de 2018.

SÁ, Elizabet Dias de; CAMPOS, Izilda Maria de; SILVA, Myriam Beatriz Campolina. Atendimento Educacional Especializado: **Deficiência Visual.** Editora Cromos, Brasília: 2007.

SOUSA, Marina Pereira de; SILVA, Priscila Alcântara Bezerra; FREITAS, Maria Luiza Pontes de França; GATTO, Graziela Maria da Silva. **Habilidades Sociais, Interação Social e a Inclusão Escolar de uma Criança Cega.** Revista Educação Especial | v. 29 | n. 55 | p. 323-336 | maio/ago. 2016. Santa Maria Disponível em:
<<http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>><http://dx.doi.org/10.5902/1984686X20002> .
Acesso em 30 de Out. de 2018.